

Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal

MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO
E ASSISTÊNCIA SOCIAL,
FAMÍLIA E COMBATE À FOME



O que é o Cadastro Único?

- Instrumento de identificação e caracterização socioeconômica das famílias de baixa renda
- Única base que contém composição familiar da população de baixa renda (até ½ s.m. p. c.)
- Base de dados para seleção de beneficiários de políticas e programas sociais
- Mapa da população vulnerável do Brasil



BRASIL

População

215 milhões

Fonte: Estimativa IBGE/Jan.2023



Famílias cadastradas
41,9 milhões



Pessoas cadastradas
94,7 milhões (média de 2,26
pessoas por família)



Famílias no Bolsa Família
21,9 milhões



Pessoas no Bolsa Família
55.263.465



Postos de cadastramento
12 mil em 5.570 municípios

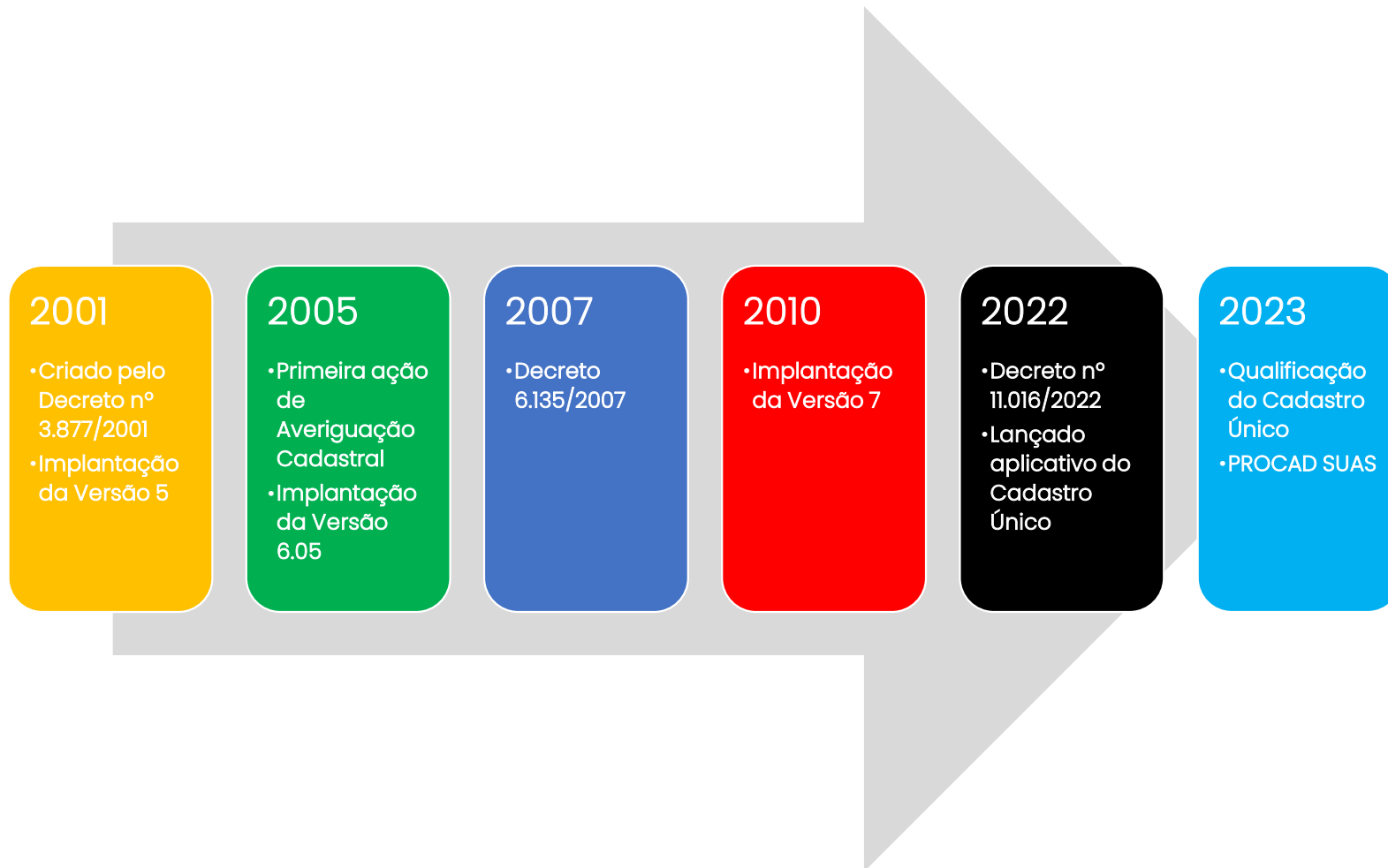
Fonte: SAGICAD/MDS ref. 02/23



Premissas do Cadastro Único



Linha do tempo do Cadastro Único



Programas federais usuários do Cadastro Único

Benefícios

- Ação de Distribuição de Alimentos (ADA)
- Assistência Estudantil (PNAES)
- Auxílio Gás
- Auxílio Inclusão
- Benefícios de Prestação Continuada (BPC)
- Bolsa Família
- Fomento às Atividades Produtivas Rurais

Descontos em taxas, contribuições e acesso a direitos

- Bolsa CEBAS - Educação
- Carteira da Pessoa Idosa
- Facultativo de Baixa Renda
- ID Jovem
- Isenção de taxas de inscrição em concursos públicos
- Isenção da taxa de inscrição do ENEM
- SisU/Lei de Cotas
- Tarifa Social de Energia Elétrica
- Telefone Popular

Tecnologias sociais e infraestrutura

- Cisternas
- Distribuição de Antenas para usuários de TV aberta
- Distribuição de conversores de TV digital
- Internet Brasil
- Minha Casa Minha Vida
- Programa Nacional de Reforma Agrária
- Urbanização de assentamentos precários

Serviços Sociais

- Criança Feliz
- Plano ProgreDir
- Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
- Projeto Dom Helder Câmara
- Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos

Redução de taxas de créditos

- Créditos instalação da Reforma Agrária
- Programa Nacional de Crédito Fundiário

30 programas federais utilizam o Cadastro Único para ofertar benefícios e serviços, acompanhar a situação das famílias vulneráveis e planejar suas ações no território.



Diagnóstico do Cadastro Único

Fenômenos em 2021 e 2022:

- grande aumento do número de famílias cadastradas;
- diminuição significativa da média de pessoas por família.

➡ Essa diminuição foi especialmente expressiva nas famílias do extinto Programa Auxílio Brasil (PAB)

Motivo: mudança no desenho do Auxílio Brasil, sem orientação à população

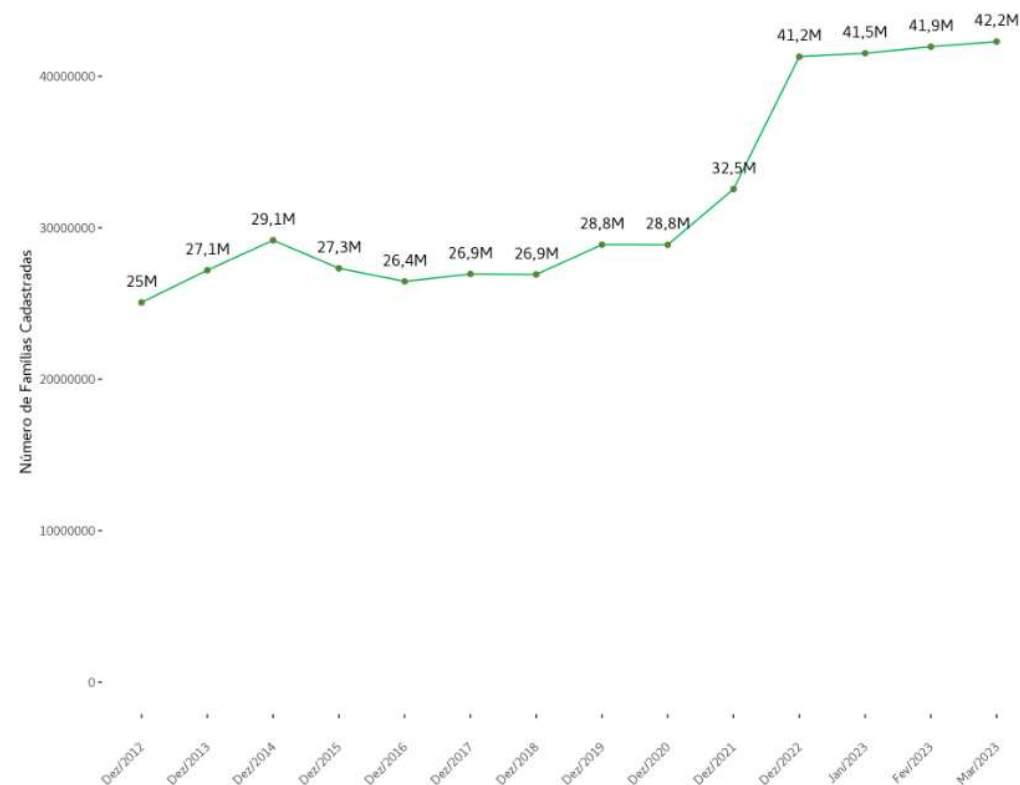
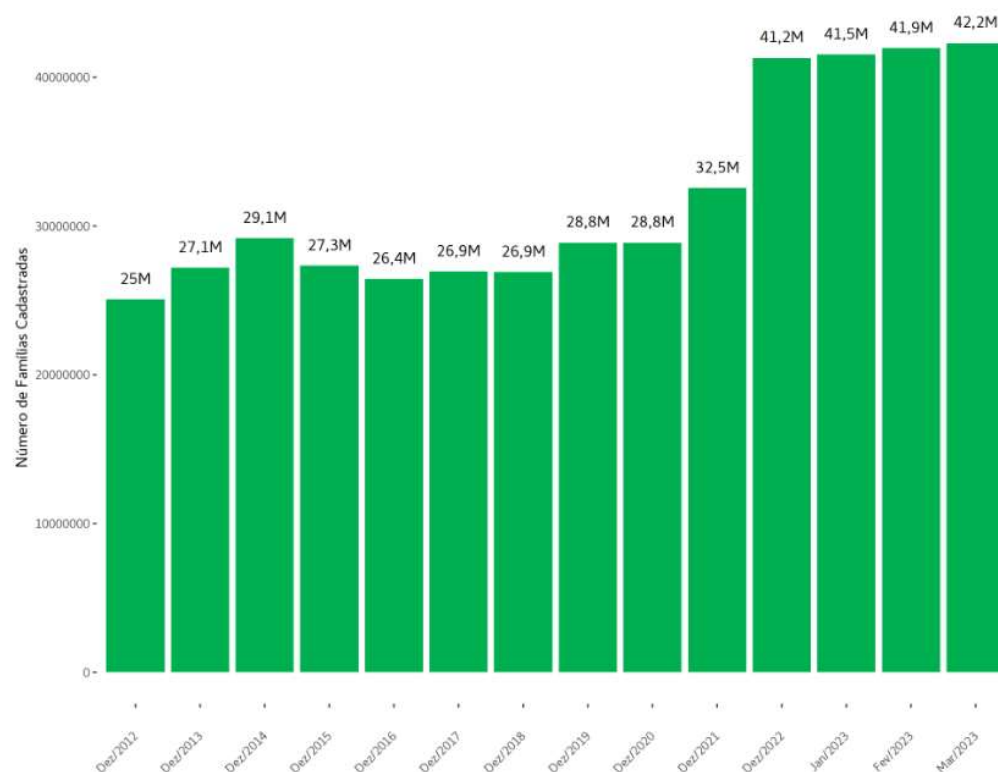
Em outubro de 2021, os beneficiários passaram a receber um piso de R\$ 400 (depois aumentado para R\$ 600), independentemente da composição familiar, anunciado como se fosse "pra todo mundo".

O resultado foi o crescimento acentuado do número de cadastros unipessoais



Evolução do Cadastro Único

Evolução das famílias cadastradas – Brasil, 2012 a 2023

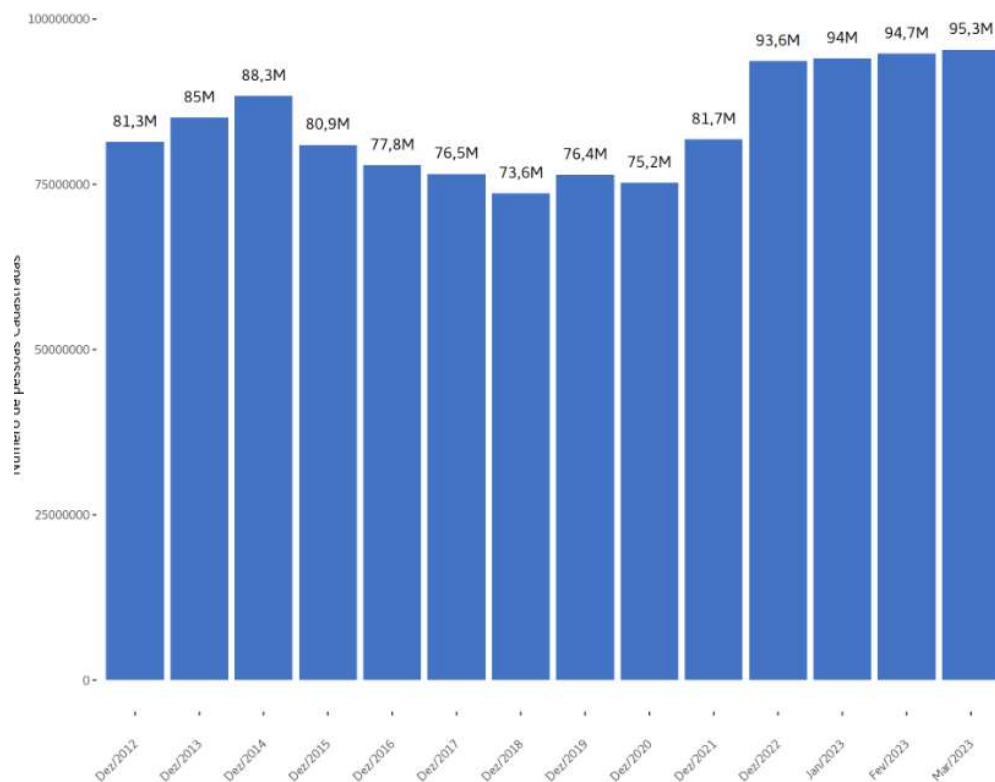


Fonte: SAGICAD/MDS ref. 03/23

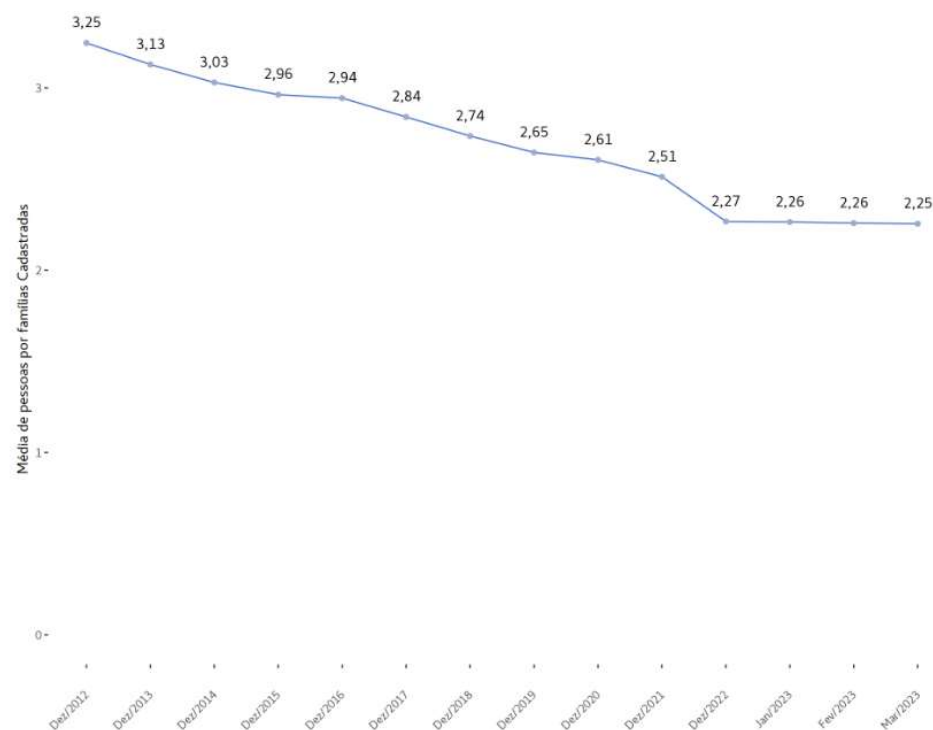


Evolução do Cadastro Único

Evolução das pessoas cadastradas – Brasil, 2012 a 2023



Evolução da média de pessoas cadastradas por família – Brasil, 2012 a 2023

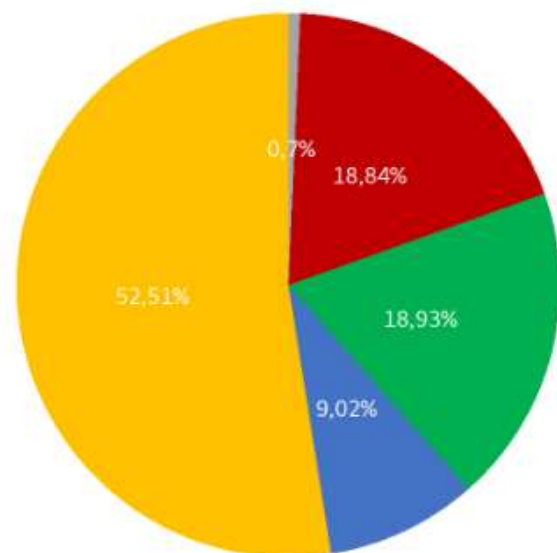


Fonte: SAGICAD/MDS ref. 03/23



Cadastro Único: renda familiar *per capita*

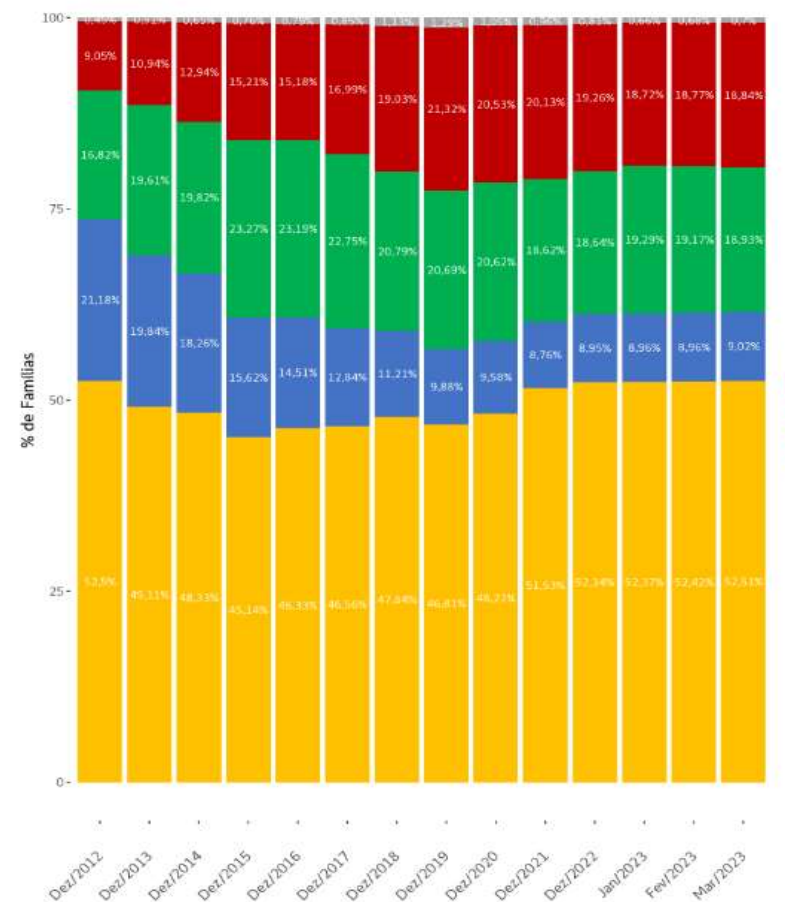
Cadastro Único: distribuição de famílias por renda familiar *per capita*



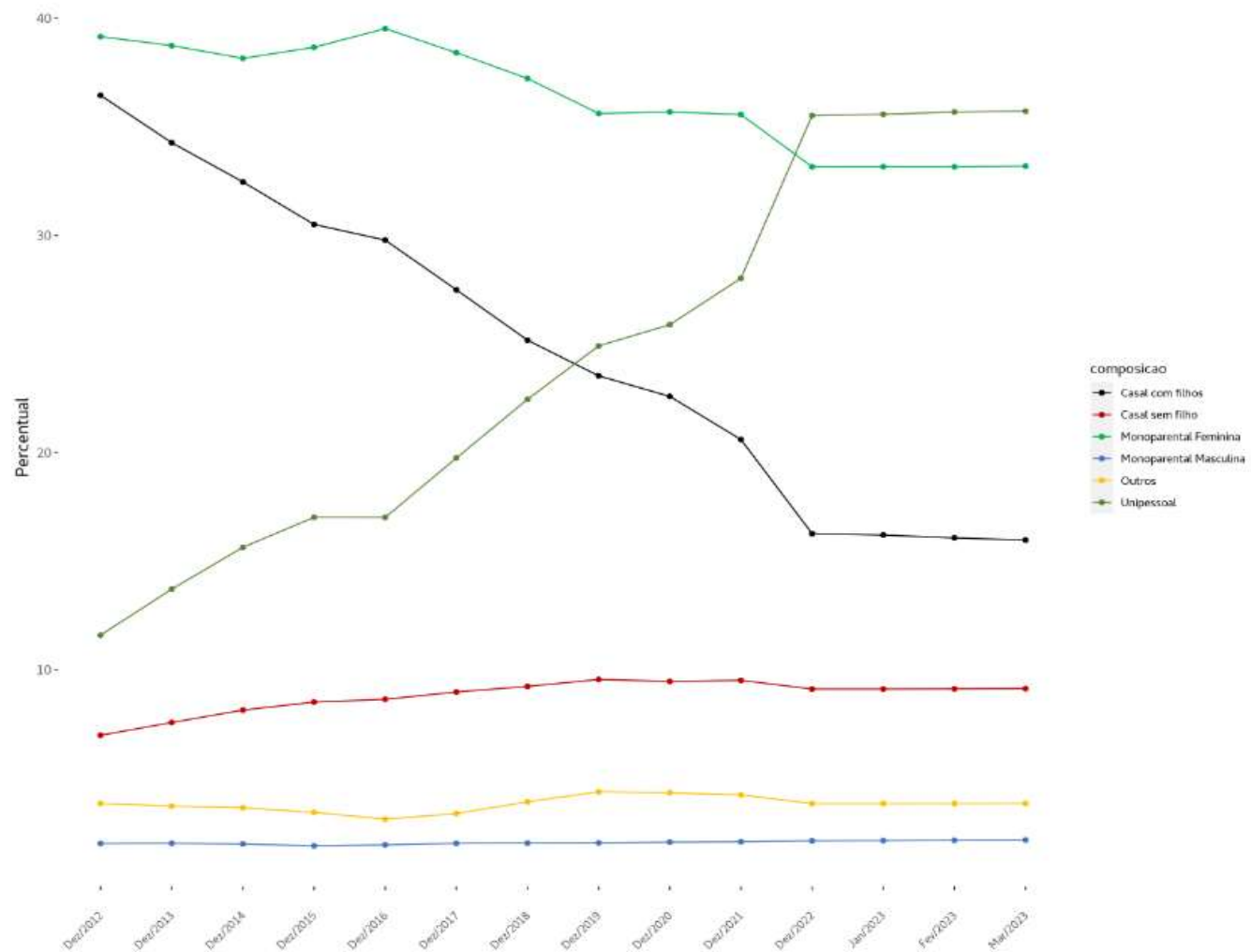
Renda

- Renda familiar per capita maior que 1/2 s.m. e renda familiar total maior que 3 s.m.
- Renda familiar per capita maior que 1/2 s.m. e renda familiar total até 3 s.m.
- Renda familiar per capita acima da pobreza e até 1/2 s.m.
- Pobreza
- Extrema Pobreza

Cadastro Único: evolução de famílias por renda familiar *per capita* – 2012-2023



Percentual de famílias no Cadastro Único por composição familiar – Brasil, 2012-2023



Fonte: SAGICAD/MDS ref. 03/23

Plano de ação do Cadastro Único 2023

Pactuação com
estados, municípios
e DF

Atualização e
qualificação dos
dados do Cadastro
Único

Campanha de
utilidade pública

Novas
funcionalidades do
aplicativo Cadastro
Único

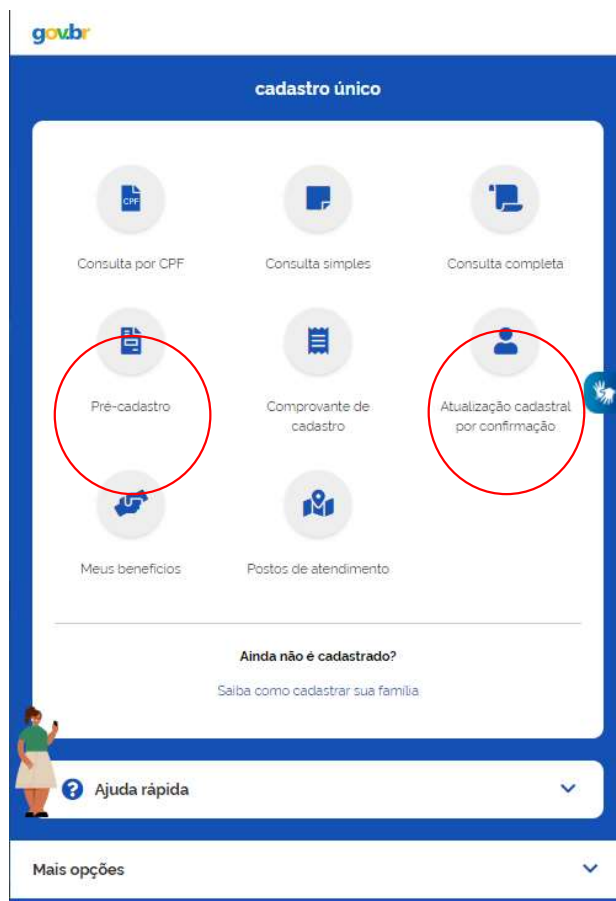
Aporte financeiro
para entes
federados
(PROCAD-SUAS)

Capacitação dos
novos
entrevistadores e
operadores

Retomada de
estudo para a
estruturação do
SUAS

Construção de
ferramentas para a
Vigilância
Socioassistencial

Aplicativo Cadastro Único



Nova funcionalidade do aplicativo do Cadastro Único permite a exclusão voluntária das pessoas que tenham se registrado incorretamente como famílias unipessoais

○ Funcionalidades suspensas

Identifique-se no gov.br com:

Número do CPF

Digite seu CPF para **criar** ou **acessar** sua conta gov.br

CPF

Continuar

Outras opções de identificação:

Login com seu banco **SUA CONTA SERÁ PRATA**

Login com QR code

Seu certificado digital

Seu certificado digital em nuvem

Entenda a conta gov.br

[Termo de Uso e Aviso de Privacidade](#)

PROCAD-SUAS 2023

Estratégia emergencial, com abrangência nacional, pactuada entre os entes federados, que visa:

- ✓ ao fortalecimento da capacidade de gestão municipal e estadual do Cadastro Único, com a retomada do diálogo com estados e municípios para a efetivação do pacto federativo na implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS);
- ✓ à recuperação e qualificação do Cadastro Único, para corrigir distorções e alcançar famílias vulneráveis elegíveis ao Bolsa Família que estão sem acesso ao programa e a outras ações nos três níveis de governo; e
- ✓ à ampliação e aprimoramento da comunicação com as famílias cadastradas e a população em geral sobre o Cadastro Único e o Bolsa Família.

MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO
E ASSISTÊNCIA SOCIAL,
FAMÍLIA E COMBATE À FOME

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO



PROCAD-SUAS 2023



MDS/SAGICAD

Coordenação nacional, apoio técnico e financeiro para Busca Ativa e estruturação de equipes de atendimento, mobilização intersetorial, informações sobre públicos da Busca Ativa e qualificação dos dados do Cadastro Único.



Estados

Planejamento, coordenação, apoio técnico aos municípios para Busca Ativa e estruturação de equipes de atendimento, mobilização intersetorial, ações de divulgação e capacitação e prestação de contas.

Apoio à divulgação das orientações técnicas e dos materiais, mobilização, capacitação e monitoramento de ações e atividades.



Municípios e DF

Planejamento e diagnóstico socioterritorial, coordenação, elaboração de materiais complementares, mobilização intersetorial, execução da Busca Ativa, estruturação de equipes de atendimento e prestação de contas

PROCAD-SUAS 2023: repasse emergencial de recursos

CrITÉRIOS de partilha:

- piso mínimo de R\$ 12 mil para municípios e de R\$ 100 mil para estados
- proporção da quantidade de cadastros unipessoais a serem tratados no processo de qualificação do Cadastro Único em 2023;
- adicional de R\$ 10 milhões para estados e municípios da Amazônia Legal;
- adicional de mais R\$ 10 milhões para municípios da Amazônia Legal em áreas rurais, conforme classificação dos espaços rurais e urbanos e dos graus de urbanização do IBGE.

Elegibilidade ao financiamento federal para os entes subnacionais que:

- atendam às condições de repasse de recursos na modalidade fundo a fundo, conforme o art. 30 da Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993 (LOAS) e a Portaria MC nº 109, de 22 de janeiro de 2020; e
- tenham aderido ao Termo de Adesão ao Cadastro Único, conforme Portaria MC nº 773, de 05 de maio de 2022.



PROCAD-SUAS 2023: contratação de pessoal, bens e serviços

- Visa a fortalecer a capacidade de atendimento ao público nos equipamentos socioassistenciais ou postos de atendimento do Cadastro Único.
- A aquisição de equipamentos e materiais permanentes deverá observar a obrigatoriedade da vinculação entre a finalidade do recurso de origem e a utilização dos bens, respeitando os itens estabelecidos como “adequados” no anexo da Portaria SNAS nº 69, de 24 de junho de 2022.



MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO
E ASSISTÊNCIA SOCIAL,
FAMÍLIA E COMBATE À FOME

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO



PROCAD-SUAS 2023: contratação de pessoal, bens e serviços

O que pode fazer?

- Contratar entrevistadores sociais para realização de cadastramento e atualização cadastral;
- pagar hora extra para equipe já existente;
- comprar materiais como computadores, impressoras, veículos, etc;
- abastecer os meios de transporte para as ações de busca ativa;
- realizar eventos para mobilização de famílias que precisam atualizar seus cadastros.

O que não pode fazer?

- Contratação de empresa Pessoa Jurídica para realização de serviço;
- contratação de pessoal, não servidores efetivos, por tempo determinado;
- pagamento de servidores remanejados para execução da atividade em tempo integral;
- pagamento de encargos de curso e concurso;
- outros gastos temporários.



MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO
E ASSISTÊNCIA SOCIAL,
FAMÍLIA E COMBATE À FOME

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO



PROCAD-SUAS 2023: como acessar as informações

1) VisData (consulta de todos os municípios, estados regiões, país etc.)

- <https://aplicacoes.cidadania.gov.br/vis/>
- Pesquisar o termo "Procad"

2) RI Social

- <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/ri/relatorios/cidadania/#cadastrounico>

3) Portal Bolsa Família e Cadastro Único no seu município

- <https://aplicacoes.cidadania.gov.br/ri/pbfcad/>

MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO
E ASSISTÊNCIA SOCIAL,
FAMÍLIA E COMBATE À FOME

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO



Busca Ativa

Visa a cadastrar quem mais precisa, com enfoque nas famílias pertencentes aos **Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos – GPTE**, em especial a população em situação de rua, povos indígenas, os idosos, as pessoas com deficiência e as crianças em situação de trabalho infantil.

Decreto nº 11.016/2002 e Portaria MC nº 810/2022

V – grupos populacionais tradicionais e específicos – grupos, organizados ou não, identificados pelas características socioculturais, econômicas ou conjunturais particulares e que demandam estratégias diferenciadas de cadastramento no Cadastro Único.



Portaria MC nº 810/2022

Cadastramento Diferenciado

Art. 28. Cadastramento Diferenciado consiste no processo de coleta de dados, inclusão e atualização, no CadÚnico, de famílias pertencentes a Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos (GPTE) (...)

Art. 29. O Cadastramento Diferenciado deverá observar as seguintes **diretrizes**:

I - prática de **tratamento respeitoso à diversidade social**, visando repudiar a discriminação ou o preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional, em conformidade com a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989;

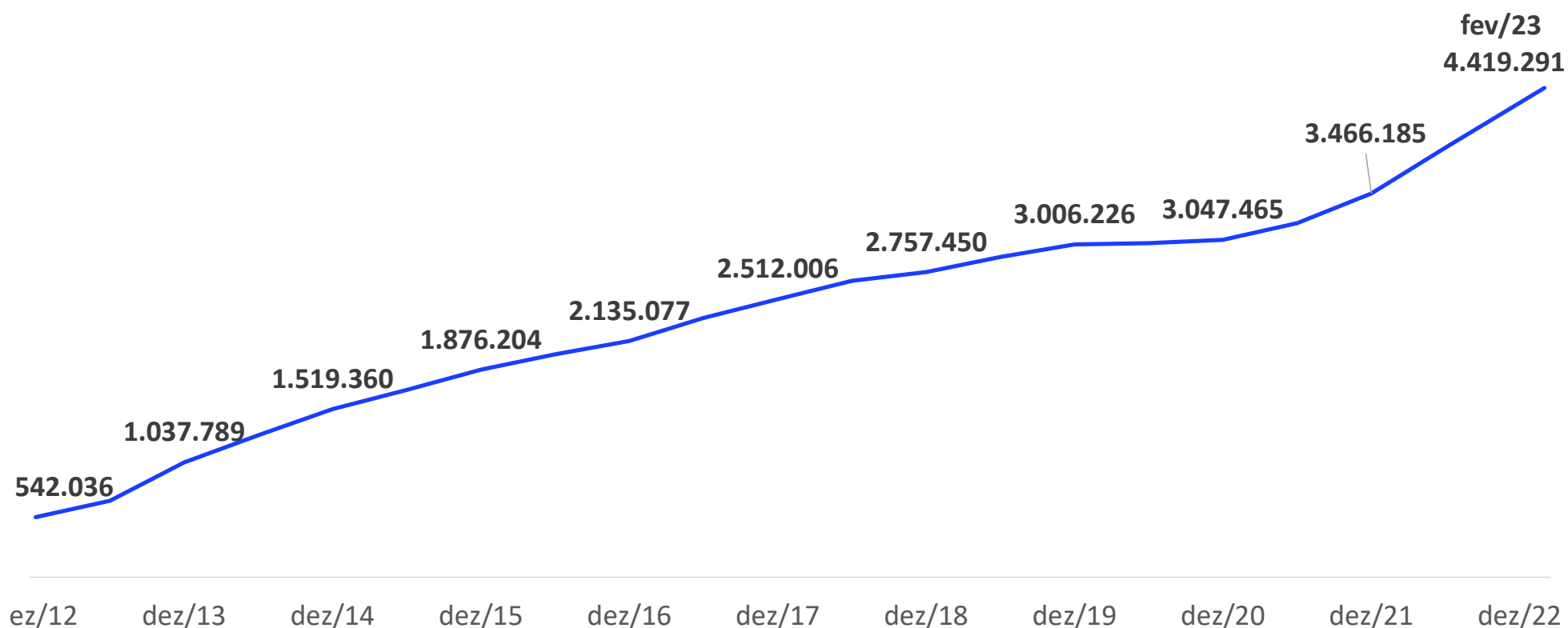
II - **respeito à maneira específica como as famílias GPTE vivem** e se relacionam com a sociedade, de forma a viabilizar uma abordagem adequada e um processo inclusivo de cadastramento;

III - **realização de ações de busca ativa** às famílias pertencentes a GPTE nos territórios onde residem, conforme inciso III do art. 15; e

IV - correta identificação das famílias GPTE, com **respeito à autodeclaração** das informações prestadas pelo RUF.



Evolução do total de famílias GPTE no Cadastro Único

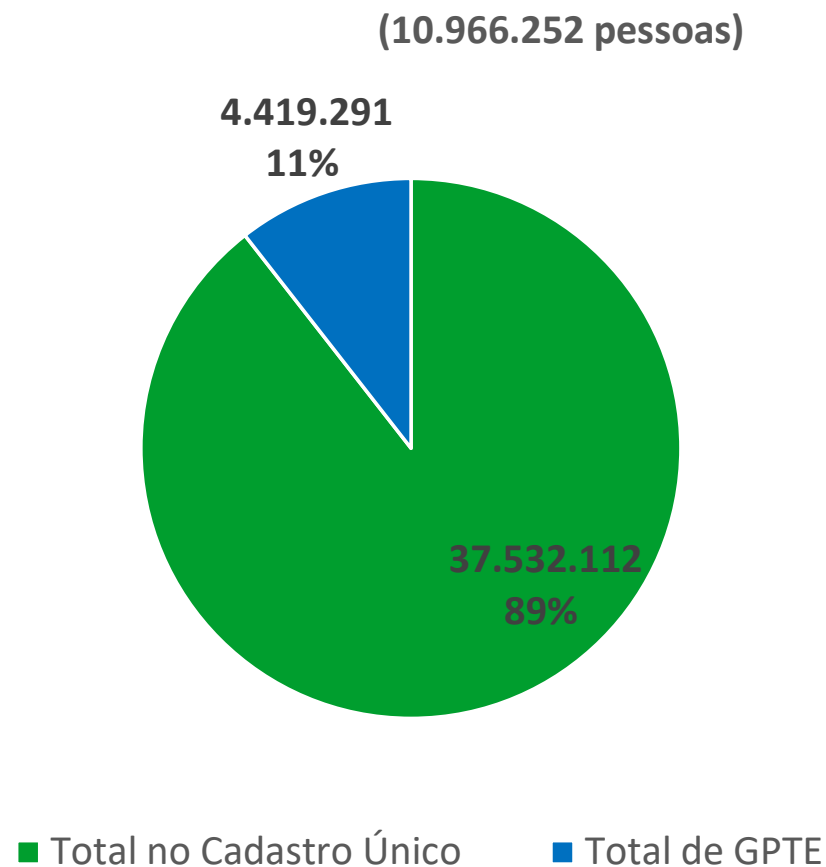


Fonte: Cadastro Único, fevereiro/2023



GPTE no Cadastro Único

Das 41,9 milhões de famílias inscritas no Cadastro, 11% têm alguma marcação GPTE.



Fonte: Cadastro Único, fevereiro/2023



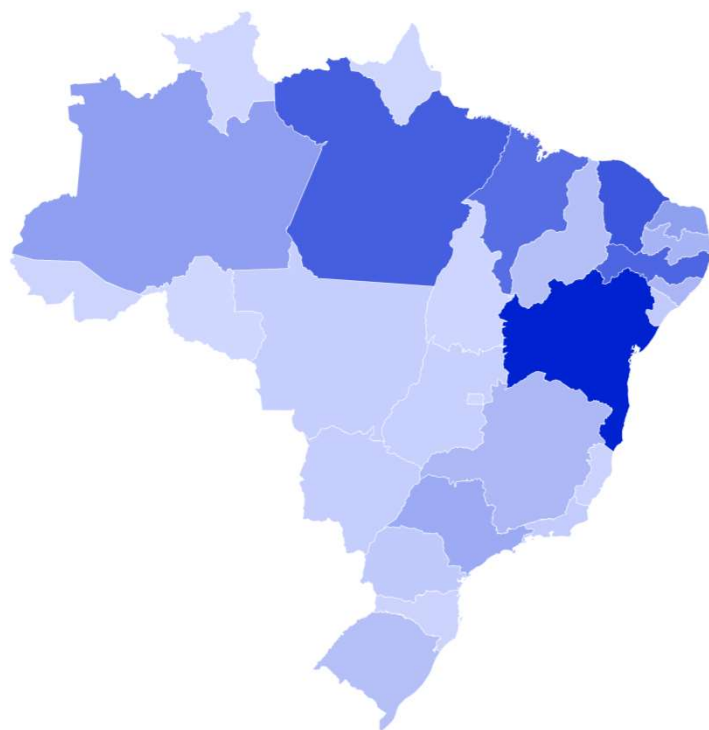
GPTE no Cadastro Único



Fonte: Cadastro Único, fevereiro/2023



GPTE por UF



Total de Famílias GPTE

19.725

696.958

Da plataforma Bing
© Microsoft, OpenStreetMap

Bahia	696.958
Ceará	503.328
Pará	470.409
Pernambuco	443.067
Maranhão	413.016
Amazonas	230.461
Rio Grande do Norte	229.048
São Paulo	187.986
Paraíba	154.803
Alagoas	145.835
Minas Gerais	136.981
Rio Grande do Sul	109.449
Piauí	109.234
Paraná	70.091
Sergipe	67.294
Rio de Janeiro	66.175
Mato Grosso do Sul	56.209
Mato Grosso	54.158
Goiás	49.482
Espírito Santo	37.900
Santa Catarina	35.415
Acre	32.113
Tocantins	29.901
Roraima	25.602
Amapá	23.429
Rondônia	21.222
Distrito Federal	19.725

Fonte: Cadastro Único, fevereiro/2023

Ações de Busca Ativa

1. Diagnóstico

1. Dados e estimativas para nortear as ações de Busca Ativa

2. Articulação

1. Retomada da articulação intersetorial e identificação de parceiros locais

3. Oficinas de Busca Ativa

1. Visa a reforçar orientações sobre cadastramento diferenciado de GPTE para construção de planos municipais de Busca Ativa para cadastramento, em articulação com parceiros federais.



Oficinas de Busca Ativa

Reforço das orientações sobre cadastramento diferenciado de GPTE para construção de planos municipais de Busca Ativa para cadastramento, em articulação com parceiros federais que lidam com os públicos.



MDS/SAGICAD



Estados



Municípios e DF

- Conduzir a oficina
- Definir programação e metodologia (dinâmicas, apresentações e produtos)
- Apoiar os estados na seleção dos municípios participantes
- Mobilizar parceiros do Governo Federal

- Estrutura e logística do evento
 - ✓ espaço para 120* pessoas
 - ✓ equipamentos
 - ✓ material de consumo
 - ✓ alimentação
 - ✓ equipe de apoio
- Mobilizar os municípios participantes

- Apoio para a realização do evento
- Mobilização da equipe local para participação nas oficinas
- Construção dos planos municipais de Busca Ativa

Como será o *novo* BOLSA FAMÍLIA ?

- Redesenho da estrutura de benefícios garantido equidade, com superação da pobreza de todas as famílias
- Ampliação do investimento na 1ª infância
- Atendimento de todas as famílias da fila



PREMISSAS GERAIS DO BOLSA FAMÍLIA

1. Todas as famílias ganham no mínimo **R\$600**
2. Todas as crianças da família entre 0 e 6 anos recebem um **adicional de R\$ 150**
3. Nenhuma família vai receber menos do que no Auxílio Brasil na mudança de programa
4. Todas as crianças e adolescentes são prioridade no programa

REGRAS ESPECÍFICAS DO BOLSA FAMÍLIA que foram ajustadas

Atualização da Linha de Pobreza (qual a renda <i>per capita</i> máxima para entrar no Programa?)	De R\$210 para R\$218
Atualização da Linha de Proteção (depois que está no Programa, a renda <i>per capita</i> pode subir <u>até</u> <u>quanto</u> sem cancelar o benefício?)	1/2 salário mínimo, retomando as regras do Bolsa Família
Atualização do Prazo da Linha de proteção (por quanto tempo garantimos essa proteção?)	24 meses <u>para todos</u> , retomando as regras do Bolsa Família
Atualização do Valor do benefício no período da Proteção	Todas as famílias recebem 50% do valor do benefício (Hoje os adultos perdem 100% do valor recebido)

ESTRUTURA DOS BENEFÍCIOS

BENEFÍCIO DE RENDA DE CIDADANIA

- R\$142 – pago a cada pessoa da família

BENEFÍCIO COMPLEMENTAR

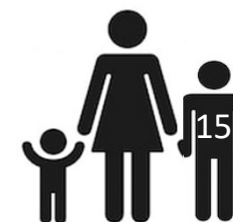
- Famílias recebem para alcançar o valor mínimo de R\$600

BENEFÍCIO DE PRIMEIRA INFÂNCIA

- MAIS R\$ 150 – pago a cada criança entre 0 e 6 anos

BENEFÍCIO VARIÁVEL FAMILIAR

- MAIS R\$ 50 – pago a cada criança/adolescente entre 7 e 17 anos e gestantes



$$3 \times R\$ 142 = R\$ 426$$

$$+ R\$ 174 = R\$ 600$$

$$+ R\$ 150 = R\$ 750$$

$$+ R\$ 50 = R\$ 800$$

BENEFÍCIO EXTRAORDINÁRIO DE TRANSIÇÃO

Para os casos excepcionais e para que nenhuma família seja financeiramente prejudicada, quando os novos benefícios forem somados e o valor for menor do que ela recebia no Programa Auxílio Brasil, ela automaticamente começará a receber o Benefício Extraordinário de Transição.

Etapas para implementação dos benefícios

INICIA A PARTIR DE MARÇO DE 2023	INICIA A PARTIR DE JUNHO DE 2023 (devido a questões operacionais)
BENEFÍCIO DE PRIMEIRA INFÂNCIA	BENEFÍCIO DE RENDA DE CIDADANIA
	BENEFÍCIO COMPLEMENTAR
	BENEFÍCIO VARIÁVEL FAMILIAR
	BENEFÍCIO EXTRAORDINÁRIO DE TRANSIÇÃO
	ATUALIZAÇÃO DO VALOR DO BENEFÍCIO DAS FAMÍLIAS EM REGRA DE PROTEÇÃO

Como fica o Bolsa Família até a implementação de todos os benefícios em junho de 2023?

Até lá, será mantido o pagamento da cesta de benefícios do Programa Auxílio Brasil, com a adição do Benefício Primeira Infância do Bolsa Família.

Importante!

- A família pode sacar o benefício do Bolsa Família normalmente com o cartão do Auxílio Brasil.
- A forma de recebimento do benefício permanece a mesma utilizada no Auxílio Brasil.
- Os canais de pagamento continuam os mesmos:
 - agências da CAIXA, postos de atendimento bancários ou postos avançados de atendimento;
 - unidades lotéricas;
 - correspondentes CAIXA aqui;
 - terminais de autoatendimento;
 - unidades itinerantes.
- O calendário de pagamentos do Bolsa Família terá as mesmas datas estabelecidas no calendário do Auxílio Brasil
- O aplicativo Bolsa Família estará disponível nas lojas de aplicativos (previsão a partir de 6 de março)

CONDICIONALIDADES

As condicionalidades permanecem como forma de promover o acesso a mais direitos social, em especial, o acesso à saúde e educação. Em contrapartida, as famílias precisam cumprir para continuar sendo beneficiárias do Bolsa Família. As condicionalidades do Bolsa Família são:

Na saúde:

- cumprimento do calendário nacional de vacinação;
- acompanhamento do estado nutricional (peso e altura) dos beneficiários menores de 7 anos; e
- pré-natal para as beneficiárias gestantes.

Na educação:

- frequência escolar mensal mínima de 60% (sessenta por cento) para os beneficiários de 4 (quatro) a 6 (seis) anos incompletos de idade;
- frequência escolar mensal mínima de 75% (setenta e cinco por cento) para os beneficiários de 6 (seis) anos a 18 (dezoito) anos incompletos que não tenham concluído a educação básica.

O que mudou: De acordo com a Medida Provisória, a condicionalidade relativa à frequência escolar dos beneficiários de 18 a 21 anos deixará de existir.

CONDICIONALIDADES

Qual a situação atual do acompanhamento/repercussão?

- O acompanhamento das condicionalidades continua acontecendo normalmente. O sistema da saúde está aberto para o registro do acompanhamento da 1a vigência de 2023 e em breve o Sistema Presença abrirá para o registro da frequência escolar dos meses de fevereiro e março de 2023.
- Com relação à repercussão por não cumprimento de condicionalidades, ela também vem sendo aplicada normalmente. Em março, foram aplicados os efeitos relativos aos meses de outubro e novembro de 2022 em relação à educação e aos da 2a vigência de 2022 em relação à saúde. Todas essas informações estão disponíveis no Sicon (Sistema de Condicionalidades). **Então, haverá famílias com bloqueios e suspensões relativas ao não cumprimento de condicionalidades agora em março!**
- As famílias continuam podendo apresentar recurso caso tenham alguma justificativa para o não cumprimento. Nesse caso, a coordenação municipal deve registrar o recurso no Sicon e posteriormente avaliá-lo. **As famílias devem ser orientadas a procurar o setor do Bolsa Família no município.**

Gestão Descentralizada

- A execução e a gestão do Programa Bolsa Família permanecem de forma descentralizada, observando o pacto interfederativo e a intersetorialidade;
- O Índice de Gestão Descentralizada mantém os mesmos propósitos e repasses estabelecidos;
- Os termos de adesão do Programa Auxílio Brasil **estão convalidados** até que legislação futura estabeleça critérios para a adesão ao Programa Bolsa Família.

Ressarcimento de benefícios recebidos indevidamente

- Os critérios de ressarcimento permanecem iguais até a promulgação de decreto futuro.

Criação da Rede de Fiscalização

Empréstimo consignado

- O empréstimo consignado está **revogado**.
- Contudo, os beneficiários que usufruíram do empréstimo terão os valores descontados em seu benefício até o final da data previamente estabelecida em contrato.

Demais auxílios

AUXÍLIO ESPORTE ESCOLAR

- Pago somente àqueles que **já recebem** até que se complete o total das 12 parcelas mensais previstas

BOLSA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA JÚNIOR

- Pago somente àqueles que **já recebem** até que se complete o total das 12 parcelas mensais previstas

AUXÍLIO INCLUSÃO PRODUTIVA RURAL

- Pago somente àqueles que **já recebem** até que se complete o total das 12 parcelas mensais previstas

Ações de atualização e qualificação do Cadastro Único em 2023

Averiguação de renda

- Visa a esclarecer divergências entre as rendas declaradas pelas famílias e a renda constante do CNIS, com a correção dos registros pelas famílias.

Averiguação de registros unipessoais

- Visa a corrigir os registros unipessoais das famílias que se cadastraram indevidamente dessa forma

Integração Cadastro Único x CNIS

- Novo processo para correção automatizada de divergências de renda das famílias (povoamento de bases e interoperabilidade entre sistemas)

Revisão cadastral

- Visa a corrigir cadastros desatualizados, com prioridade para os de 2016 e 2017



AÇÕES DE ATUALIZAÇÃO E QUALIFICAÇÃO CADASTRAL	O QUE É?	PÚBLICO-ALVO	REPERCUSSÕES	O QUE FAZER?
Averiguação de renda	Comparação entre a renda declarada pela família ao Cadastro Único e a renda de outras bases de dados ou registros administrativos, como o Cadastro Nacional de Informações Sociais – CNIS.	Famílias do Bolsa Família com renda familiar p.c. (recalculada a partir dos dados do CNIS) acima de ½ s.m. (R\$ 651) Famílias não beneficiárias do Bolsa Família com renda familiar p.c. (recalculada a partir dos dados do CNIS) acima da linha da pobreza (R\$ 210). Casos identificados pela CGU	Famílias com dados inconsistentes podem: <ul style="list-style-type: none">• ser impedidas de ingressar nos programas sociais usuários;• sofrer repercussões dos programas, como bloqueio e cancelamento de benefícios.	A família deve atualizar seu cadastro junto à rede de atendimento municipal. Em nova comparação entre bases, o MDS poderá verificar que não existe mais diferença entre os dados do Cadastro Único e do registro utilizado para avaliação da consistência dos dados. Atentar para os casos de pessoa excluída ou transferida de família
Averiguação de registros unipessoais	Análise da base do Cadastro Único para identificação de registros unipessoais indevidos/incorretos	Famílias unipessoais, com renda familiar per capita de até meio salário mínimo no Cadastro Único, excetuadas as famílias: cadastradas por Responsável Legal (RL); moradoras de domicílio coletivo; com pessoas em situação de trabalho infantil; com pessoas resgatadas do trabalho análogo ao de escravo; indígenas; quilombolas; catadores de material reciclável; com pessoa em situação de rua; com beneficiários do BPC; convocadas na Averiguação Unipessoal 2022, mas regularizadas.	Famílias com dados inconsistentes podem: <ul style="list-style-type: none">• ser impedidas de ingressar nos programas sociais usuários;• sofrer repercussões dos programas, como bloqueio e cancelamento de benefícios.	A família deve atualizar ou corrigir seu cadastro junto à rede de atendimento municipal.
Revisão cadastral	Processo anual de identificação de registros desatualizados, ou seja, famílias que atualizaram o cadastro pela última vez há mais de dois anos. Visa a convocar as famílias para atualizar seus registros	Última atualização cadastral em 2016 ou 2017	Famílias com dados desatualizados podem: <ul style="list-style-type: none">• ser impedidas de ingressar nos programas sociais usuários;• sofrer repercussões dos programas, como bloqueio e cancelamento de benefícios.	A família deve atualizar seu cadastro junto à rede de atendimento municipal.



Averiguação de renda e Revisão Cadastral 2023

Averiguação de renda		
Grupos		Número de famílias
Público 1	Famílias PBF com r.f.m de até R\$ ½ s.m.p.p., com r.f.m. calculada acima de R\$ ½ s.m. no CNIS	1.406.718
Público 2	Famílias PBF + PCD BPC com r.f.m de até R\$ ½ s.m.p.p., com r.f.m. calculada acima de R\$ ½ s.m. no CNIS	74.264
Público 3	Famílias Não PBF r.f.m de até R\$ 210 p.p., com r.f.m. calculada acima de R\$ 210 p.p. no CNIS	1.969.840
Total		3.450.822,00
Revisão Cadastral	Cadastros desatualizados desde 2016 ou 2017	142.000

Fonte: SAGICAD/MDS

Dados da Revisão Cadastral apenas do público PBF

Averiguação de registros unipessoais 2023

Averiguação de registros unipessoais - 2023			
Públicos		Nº de famílias	Bloqueio
Público 1	Famílias PBF incluídas ou atualizadas entre ago/22 e dez/22	1.197.590	abr/23
Público 2	Famílias PBF incluídas ou atualizadas em jun/22 e jul/22	719.124	mai/23
Público 3	Famílias PBF incluídas ou atualizadas entre mar/22 a mai/22	900.191	jun/23
Público 4	Famílias PBF incluídas ou atualizadas entre nov/21 a fev/22	922.544	jul/23
Público 5	Famílias PBF incluídas ou atualizadas antes de out/21, mas desatualizadas	1.240.803	ago/23
Total PBF		4.980.252	
Público 6	Famílias Não PBF	3.239.583	Não se aplica
Público 7	Famílias PBF adicionadas ao processo a partir de mar/23	191.780	abr/23
Público 8	Famílias Não PBF adicionadas ao processo a partir de mar/23	315.550	Não se aplica
Total da ação (PBF E NÃO PBF)		8.727.165	

Fonte: SAGICAD/MDS



Averiguação de renda e Revisão Cadastral 2023

Listagem das famílias disponibilizada no SigPABA/SigPBF com as seguintes informações:

1. em qual processo está inserida (AVERENDA 23 ou REV23);
2. em qual grupo está inserida (por exemplo FEV/23);
3. tipo de inconsistência do registro da família da AVERENDA (Públicos 1, 2 ou 3);
4. informações cadastrais (Código Familiar, data da última atualização cadastral, renda familiar por pessoa, nome, Número de Identificação Social (NIS) e CPF do Responsável pela Unidade Familiar (RF), endereço e telefone de contato, entre outras)
5. nome, NIS e CPF da(s) pessoa(s) identificada(s) com renda divergente, no caso das famílias em AVERENDA.
6. Tipo de inconsistência para cada pessoa:
 - renda de trabalho (FLAG_VINCULO_RGPS);
 - renda de benefícios previdenciários ou assistenciais pago pelo INSS (FLAG_BENEFICIO_INSS);
 - seguro desemprego ou seguro defeso (FLAG_SEGURO_DESEMPREGO, FLAG_SDPA);
 - agentes públicos (FLAG_SIAPE – servidor do Governo Federal, FLAG_ESTAGIARIO_SIAPE – estagiário do Governo Federal, FLAG_RESIDENTE_SIAPE – estagiário do Governo Federal, FLAG_RAIS – servidor federal, estadual ou municipal, FLAG_SER_CNJ – servidor do Poder Judiciário, FLAG_DEFESA – militar das Forças Armadas) e FLAG_CGU;
 - se a família é beneficiária do PBF, TSEE e/ou BPC.
7. Situação do cadastro da família (pendente, regularizado ou excluído)

As informações de acompanhamento consideram as atualizações realizadas até a data da extração do mês anterior

Averiguação de registros unipessoais 2023

Listagem das famílias disponibilizada no SigPAB/SigPBF com as seguintes informações:

- em qual processo está inserida (AVEUNI 23);
- em qual grupo está inserida (se refere ao mês de lançamento do público, por exemplo FEV/23 foram lançados os públicos 1 a 6);
- tipo de inconsistência do registro da família da AVEUNI23 (Públicos 1, 2, 3, 4, 5, 6 iniciais e 7 e 8 incrementais)
- informações cadastrais (Código Familiar, data da última atualização cadastral, renda familiar por pessoa, nome, Número de Identificação Social (NIS) e CPF do Responsável pela Unidade Familiar (RF), endereço e telefone de contato, entre outras)
- se a família é beneficiária do PBF, TSEE e/ou BPC;
- situação do cadastro da família (pendente, regularizado ou excluído).

Primeiro acompanhamento das atualizações será feito em abril/23 (com cadastro de mar/23)
já com o incremento de público-alvo (inclusão dos públicos 7 e 8)

Procedimentos gerais: atualização cadastral

- A atualização deve ser feita por meio de nova entrevista com a família;
- atenção aos dados que sofreram alguma alteração;
- para as pessoas que recebem salário mínimo, verificar se o valor está atualizado, considerando os reajustes anuais;
- atenção para cadastros unipessoais: é obrigatório informar todas as pessoas da família, desde que residam no mesmo domicílio e dividam renda ou despesa com os demais;
- é necessário o registro de todas as informações de renda de cada uma das pessoas da família;
- recomenda-se visita domiciliar para idosos e pessoas com deficiência;
- digitação dos dados no Sistema de Cadastro Único deve ser feita antes das datas previstas para a repercussão nos benefícios ou para a exclusão lógica, confirmando se houve alteração na data de atualização cadastral;
- apresentação do CPF de todos os membros da família, inclusive das crianças.



Comunicação com as famílias

Famílias beneficiárias do PBF

- **Mensagens no extrato** de pagamento dos benefícios e pelo aplicativo do Programa

Para todas as famílias

- **App** do Cadastro Único, com banner e mensagens de forma escalonada

Famílias beneficiárias da Tarifa Social de Energia Elétrica (TSEE)

- Mensagem na **fatura da conta de energia elétrica**



Orientações gerais: atualização cadastral

As famílias devem ser orientadas a apresentar a **documentação necessária**:

- Para o **Responsável Familiar (RF)**: o **CPF**, de preferência, ou Título de Eleitor.
 - Somente as famílias indígenas e quilombolas são dispensadas dessa obrigatoriedade e podem apresentar qualquer outro documento de identificação aceito pelo Cadastro Único.
- Para as **demais pessoas da família**:
 - CPF, de preferência; ou
 - Certidão de Nascimento; ou
 - Certidão de Casamento; ou
 - Certidão Administrativa de Nascimento do Indígena (RANI) – para indígenas que possuem apenas esse documento; ou
 - Carteira de Identidade – Registro Geral de Identificação (RG); ou
 - Carteira de Trabalho e Previdência Social; ou
 - Título de Eleitor.
- Importante **registrar todos os documentos que a família levar para a entrevista**, principalmente o CPF;
- Em **famílias com beneficiários do BPC**, todos os componentes devem ter o CPF registrado;
- **Exclusão de pessoas**: necessidade de preenchimento da Ficha de Exclusão de Pessoa.
- No caso de **dúvidas sobre a veracidade dos dados** informados pelas famílias, o entrevistador poderá solicitar ao RF ou ao RL que assine **termo específico**, por meio do qual assuma a responsabilidade pela veracidade das informações coletadas.



Qualificação cadastral 2023: repercussões na Tarifa Social de Energia Elétrica (TSEE) e no Benefício de Prestação Continuada (BPC)

Repercussões na TSEE

Necessidade de regularização até a data limite definida no cronograma para evitar o cancelamento do benefício ou a exclusão cadastral.

Terão os **benefícios cancelados** as famílias que:

- estejam em Averiguação Cadastral de Renda e Unipessoais e não realizem atualização até a data limite;
- estejam em Revisão Cadastral e não tenham seus dados atualizados até a data prevista para o cancelamento dos benefícios; e
- após a atualização cadastral, apresentem renda familiar *per capita* superior a R\$ ½ salário mínimo.

As famílias com benefícios cancelados que, posteriormente, tenham os cadastros regularizados, deverão solicitar novamente os benefícios às concessionárias de energia elétrica de seu estado, ou seja, deverão passar por novo processo de concessão da TSEE.

Repercussões no BPC

Necessidade de regularização até a data limite definida no cronograma (data da exclusão cadastral).

Caso contrário, o beneficiário do BPC poderá deixar de receber o benefício.

Após a data limite para evitar a exclusão cadastral, a Secad enviará ao Departamento de Benefícios Assistenciais (DBA) da Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS) a listagem de famílias com registros **PENDENTES** para que o DBA coordene, junto ao INSS, as repercussões relativas ao BPC.



Qualificação cadastral 2023: repercussões no Bolsa Família

AÇÕES DE ATUALIZAÇÃO E QUALIFICAÇÃO CADASTRAL	BLOQUEIO	CANCELAMENTO	OBSERVAÇÕES
Averiguação de renda		Público 1 – março 2023 Público 2 – Data limite 14/04/2023 Famílias que não tiverem registros regularizados até data limite para evitar o cancelamento.	
Averiguação de registros unipessoais	Terão os benefícios bloqueados as famílias que não tiverem o registro regularizado até a data-limite para evitar o bloqueio. Público 1 e 7 – data limite: 11/03/2023 (bloqueio na folha de pagamentos do PBF de abril/23) (demais datas em revisão) Público 2 – data limite: 14/04/2023 Público 3– data limite: 12/05/2023 Público 4 – data limite: 16/06/2023 Público 5 – data limite: 14/07/2023 Público 6 e 8 – Não se aplica	Terão os benefícios cancelados as famílias que não tiverem o registro regularizado até a data-limite para evitar o cancelamento. (em revisão)	
Revisão cadastral		Famílias PBF com última atualização em 2016 e 2017 – março de 2023	As demais famílias com dados desatualizados (ano da última atualização em 2018, 2019 e 2020) poderão ser incluídas nesse processo até o final de 2023.

Qualificação cadastral 2023: repercussões no Bolsa Família

Regras para desbloqueio e reversão de cancelamento

Requisitos para desbloqueio:

- atualização do cadastro;
- manutenção do perfil de renda do programa.

Requisitos para reversão de cancelamento:

- famílias com benefícios cancelados até, no máximo, 180 dias;
- atualização do cadastro;
- manutenção do perfil de renda.

Família beneficiária do PBF em processo de Averiguação Cadastral de Renda, Averiguação Cadastral Unipessoal e Revisão Cadastral tem direito à Regra de Proteção.



Qualificação cadastral 2023: repercussões no Bolsa Família

Desbloqueio e reversão de cancelamento no SIBEC

A gestão municipal deve executar o tratamento da pendência diretamente no Sibec V2, atuando sobre a pessoa que está com a inconsistência.

Passos a serem realizados para o desbloqueio ou a reversão de cancelamento dos benefícios de famílias:

- 1 - A família comparece ao setor responsável no município e a gestão municipal faz, primeiramente, a regularização do cadastro da família;
- 2 - A gestão municipal retira a pendência sobre a pessoa que está com as inconsistências "PROCEDIMENTO DE AVERIGUACAO CADASTRAL RENDA" ou "PROCEDIMENTO DE AVERIGUACAO CADASTRAL UNIPESSOAL"; (conforme as orientações do item 4.5.4 do Manual Operacional do Sibec V2).
- 3 - O Sibec V2 irá, então, desbloquear automaticamente os benefícios da família que estavam bloqueados pelos motivos "PROCEDIMENTO DE AVERIGUACAO CADASTRAL RENDA" ou "PROCEDIMENTO DE AVERIGUACAO CADASTRAL UNIPESSOAL";
- 4 - No caso de reversão de cancelamento dos benefícios da família, depois dos passos acima, a gestão municipal irá realizar a reversão onde houver o cancelamento sinalizado pelo motivo "Fim de restrição específica".



Qualificação cadastral 2023: repercussões no Bolsa Família

Desbloqueio e reversão de cancelamento no SIBEC: calendários operacional

Para que os desbloqueios e as reversões de cancelamento dos benefícios tenham efeito e repercutam na folha de pagamento do mês subsequente:

devem ser realizados sempre de acordo com o Calendário Operacional do PBF, item 3 (“Data-limite para realização de solicitações via módulo Administração Off-line do Sistema de Gestão do Programa Bolsa Família (SigPBF) para repercussão na folha de pagamento”) e item 4 (“Data-limite para manutenção/administração de benefícios no Sibec para repercussão na folha de pagamento”).

O Calendário Operacional está disponível no módulo “Calendários e Manuais Disponíveis” do Sibec V2. Cabe lembrar que a reversão de cancelamento deve observar o prazo máximo de 180 dias, contados da data do cancelamento do benefício.



Qualificação cadastral 2023: repercussões no Bolsa Família

Impedimento de ingresso no Bolsa Família

- As famílias não beneficiárias com dados não regularizados não podem participar do processo de habilitação, seleção e concessão de benefícios do Programa, conforme prevê o parágrafo único do art. 19 do Decreto nº 10.852, de 2021.
- Portanto, estas famílias ficam impedidas de participar do processo de concessão de benefícios do PBF até que regularizem seus dados.

Efeitos da exclusão lógica no Bolsa Família

- Ao longo de 2023, as famílias beneficiárias incluídas nos processos de qualificação cadastral podem ser desligadas do Bolsa Família por outros motivos.
- Mesmo que a família deixe de ser beneficiária, do Bolsa Família, é importante regularizar seu cadastro para evitar sua exclusão do Cadastro Único.
- As famílias beneficiárias do Bolsa Família que tiverem o cadastro excluído terão os benefícios cancelados sem possibilidade de reversão de cancelamento.
- Caso essas famílias procurem a gestão municipal, nova inscrição cadastral poderá ser feita e o retorno ao Programa será realizado a partir de novo processo de habilitação, seleção e concessão de benefícios do PBF.



Qualificação cadastral 2023: repercussões no benefício extraordinário e no Programa Auxílio Gás dos Brasileiros(PAGb)

Todas as ações da Qualificação Cadastral aplicadas às famílias do PBF também serão aplicadas:

- ao Adicional Complementar ;e
- ao Programa Auxílio Gás dos Brasileiros (PAGb)

Portanto, famílias em Averiguação Cadastral de Renda, Averiguação Cadastral Unipessoal ou Revisão Cadastral poderão ter a descontinuidade do pagamento desses benefícios, caso não sejam atendidas as exigências do processo.

Já as famílias não beneficiárias do PAGb inscritas no CadÚnico, ficam impedidas de participar do processo de concessão de benefícios do programa até que sejam sanadas as inconsistências.



Plano de ação do Cadastro Único 2024

Integração Cadastro Único x CNIS online (Etapa 2)

Atualização cadastral

Uso do Censo 2022 para examinar erros de exclusão e inclusão

Modernização do sistema atual de Cadastro Único

Início da revisão do formulário e da construção da Versão 8 do Cadastro Único
(Versão 7 : 2010)

Disponibilização de ferramentas para a Vigilância Socioassistencial – Etapa 1

MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO
E ASSISTÊNCIA SOCIAL,
FAMÍLIA E COMBATE À FOME

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO